

# Sunab pune escolas por aumento abusivo

Jornal de Brasília • 15

## abusivo

Embora tenha recebido comprovantes de custo do mês de julho de apenas três das 28 escolas que estão sob sua inspeção, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) já começou a detectar os primeiros abusos no reajuste de mensalidades. Segundo o delegado-substituto do órgão, Fernando Grossi, que não quis citar nomes, algumas instituições de ensino vêm computando para o cálculo das mensalidades, impostos de até NCz\$ 50 mil, que ainda não foram pagos pela escola.

Casos como o de uma escola que declarou em sua planilha um gasto de aluguel de NCz\$ 10 mil e de manutenção do prédio de NCz\$ 45 mil também estão levantando suspeitas. Grossi considera que esta despesa com a manutenção só poderia ser justificada "se a cada dia fosse feita a reconstrução de

partes do prédio, ou se novas salas estivessem sendo edificadas", o que foge à manutenção rotineira da escola.

O delegado também alerta para outra irregularidade que vem sendo cometida pelos donos de escolas particulares: a antecipação da receita. Muitos estabelecimentos de ensino estipulam até três datas de pagamento de mensalidades com preços variados, de tal forma que o último valor fica acima do que poderia ser cobrado pelo regime de liberdade vigiada.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinep), Jaime Zveiter que há cerca de um mês montou um programa computadorizado para a elaboração das planilhas das escolas, fez ontem sérias críticas à fiscalização da Sunab. Ele afirma que "os fiscais do órgão não têm compe-

tência para conferir as planilhas, pois ainda não conhecem a Portaria 140 que regulamentou o regime de liberdade vigiada".

### Contestação

Jaime Zveiter diz que as escolas não podem sobreviver se não computarem os custos utilizados para os reajustes antecipadamente. "A lei não fala em custos ocorridos mas, incorridos, o que significa que poderemos cobrar o que vamos gastar no fim de cada mês", justificou.

O raciocínio do presidente do Sinep é contestado por Júlio Gregório Filho, membro do Conselho de Educação do DF (CEDF), explicando que, "desta forma as escolas terão, além do custo real, o acréscimo de 25%, computados como margem de gastos do mês subsequente, e mais a inflação. Ele observa que grande parte deste dinheiro é gasto

com a folha de pagamento de pessoal, na maioria das vezes desembolsada dez dias após o mês seguinte.

### Fiscalização

De acordo com um balanço da fiscalização apresentado ontem pelo delegado Fernando Grossi, a Sunab havia autuado por descumprimento à Portaria 140 do Ministério da Fazenda, três escolas: Cursos Alfa e JK, por efetuarem reajustes sem a apresentação da planilha de custos, e a Upis por majoração, com 161 infrações. Estas escolas têm um prazo de 5 dias para apresentar justificativas. A faculdade Ceub foi notificada a apresentar os comprovantes de custo, a pedido de um abaixo-assinado de 200 alunos. Das 28 escolas sob fiscalização, três apresentaram documentação que vem sendo confrontada com os dados das planilhas.